

**Vinícius Augustus de
Vasconcelos Rezende Alves**

**TRANSAÇÃO
TRIBUTÁRIA
FEDERAL
À LUZ DA
IGUALDADE**

**Análise do modelo inaugurado
pela Lei nº 13.988/2020**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2023**

Copyright © 2023 by Vinícius Augustus de Vasconcelos Rezende Alves

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1252971

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A474t

Alves, Vinícius Augustus de Vasconcelos Rezende

Transação tributária federal à luz da igualdade : análise do modelo
inaugurado pela lei nº13.988/2020 / Vinícius Augustus de Vasconcelos
Rezende Alves. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.

428 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2403-7

1. Direito tributário. 2. Transação tributária. 3. Isonomia tributária. 4. Igualdade. 5. Administração e processo tributário. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

| | |
|--|----------|
| 1 Introdução | 1 |
| 1.1 Objeto..... | 1 |
| 1.2 Justificativas | 3 |
| 1.3 Hipótese..... | 4 |
| 1.4 Objetivos e procedimento metodológico..... | 4 |
| 1.5 Caracterização da pesquisa | 4 |
| 2 Transação | 7 |
| 2.1 A transação no Código Civil | 7 |
| 2.1.1 Conceito e objetivo | 7 |
| 2.1.2 Objeto | 9 |
| 2.1.3 Cláusulas | 9 |
| 2.1.4 Natureza | 10 |
| 2.1.5 Capacidade | 11 |
| 2.1.6 Forma | 12 |
| 2.1.7 Interpretação | 12 |
| 2.1.8 Efeitos | 12 |
| 2.1.9 Nulidade..... | 13 |
| 2.1.10 Anulabilidade | 15 |
| 2.2 Transação no Direito Público | 16 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 2.2.1 | Compatibilidade com o Direito Público | 16 |
| 2.2.2 | Transação e os princípios constitucionais | 19 |
| 2.2.2.1 | Legalidade | 20 |
| 2.2.2.2 | Eficiência..... | 24 |
| 2.2.2.3 | Isonomia | 25 |
| 2.2.2.4 | Impessoalidade | 25 |
| 2.2.2.5 | Moralidade | 26 |
| 2.2.2.6 | Publicidade | 28 |
| 3 | Transação Tributária..... | 31 |
| 3.1 | Admissibilidade constitucional..... | 31 |
| 3.1.1 | Disciplina constitucional..... | 31 |
| 3.1.2 | A indisponibilidade dos tributos e a supremacia do interesse público..... | 32 |
| 3.1.3 | Vantagens de instrumentos consensuais..... | 34 |
| 3.2 | Requisitos da transação tributária no Código Tributário Nacional | 36 |
| 3.2.1 | Lei autorizativa..... | 36 |
| 3.2.2 | Litígio..... | 42 |
| 3.2.2.1 | Alcance | 42 |
| 3.2.2.2 | Dúvida..... | 44 |
| 3.2.2.3 | Matéria de fato | 45 |
| 3.2.2.4 | Matéria de direito..... | 46 |
| 3.2.2.5 | Verdade material e mecanismos de afastamentos de dúvidas..... | 47 |

| | |
|---|----|
| 3.2.2.6 Incerteza quanto ao pagamento e ao êxito..... | 48 |
| 3.2.2.7 Inexistência de previsão de razões para extinguir o litígio..... | 49 |
| 3.2.3 Concessões mútuas | 49 |
| 3.2.3.1 Concessões pelo Fisco..... | 50 |
| 3.2.3.2 Concessões pelo sujeito passivo | 54 |
| 3.2.3.3 Concessões com efeitos prospectivos..... | 56 |
| 3.2.4 Efeitos extintivos..... | 57 |
| 3.3 Natureza jurídica | 60 |
| 3.4 Proximidade e distanciamentos com outros institutos..... | 61 |
| 3.4.1 Remissão | 61 |
| 3.4.2 Anistia..... | 62 |
| 3.4.3 Denúncia espontânea..... | 63 |
| 3.4.4 Moratória e parcelamento | 63 |
| 3.4.5 Negócio jurídico processual..... | 64 |
| 3.5 Renúncia Fiscal | 65 |
| 3.6 Requisitos específicos | 67 |
| 3.7 Efeitos na esfera penal | 68 |
| 3.8 Revisibilidade e nulidade..... | 68 |
| 3.9 Transação preventiva..... | 70 |
| 3.10 Exigências de princípios constitucionais | 72 |
| 3.10.1 Igualdade..... | 72 |
| 3.10.2 Eficiência | 73 |

| | |
|--|-----------|
| 3.10.3 Impessoalidade..... | 74 |
| 3.10.4 Moralidade..... | 74 |
| 3.10.5 Publicidade..... | 75 |
| 3.11 Exemplos no ordenamento federal..... | 76 |
| 4 Transação Tributária Federal | 83 |
| 4.1 Contexto..... | 83 |
| 4.2 Lei nº 13.988/2020..... | 85 |
| 4.2.1 Disciplina geral | 85 |
| 4.2.1.1 Discricionariedade | 85 |
| 4.2.1.2 Modalidades..... | 87 |
| 4.2.1.3 Pressupostos..... | 90 |
| 4.2.1.4 Exigências ao contribuinte..... | 91 |
| 4.2.1.5 Exigências à Fazenda..... | 91 |
| 4.2.1.6 Impossibilidade | 92 |
| 4.2.1.7 Concessões fazendárias possíveis | 95 |
| 4.2.1.8 Concessões fazendárias proibidas | 95 |
| 4.2.1.9 Concessões do sujeito passivo | 96 |
| 4.2.10 Efeitos..... | 99 |
| 4.2.1.11 Rescisão e cessação de efeitos | 102 |
| 4.2.2 Transação na cobrança..... | 105 |
| 4.2.2.1 Regras gerais..... | 105 |
| 4.2.2.2 Exigências ao sujeito passivo..... | 106 |
| 4.2.2.3 Exigências a Fazenda..... | 107 |

| | |
|--|-----|
| 4.2.2.4 Concessões fazendárias possíveis | 108 |
| 4.2.2.5 Concessões do sujeito passivo | 118 |
| 4.2.2.6 Efeitos | 118 |
| 4.2.2.7 Transação por adesão | 119 |
| 4.2.2.8 Transação individual geral | 120 |
| 4.2.2.9 Transação individual simplificada | 126 |
| 4.2.3 Transação de relevante e disseminada controvérsia jurídica.... | 127 |
| 4.2.3.1 Controvérsias transacionáveis..... | 127 |
| 4.2.3.2 Créditos transacionáveis..... | 131 |
| 4.2.3.3 Especificação de hipóteses fáticas e jurídicas | 133 |
| 4.2.3.4 Seleção de tese | 134 |
| 4.2.3.5 Concessões fazendárias..... | 135 |
| 4.2.3.6 Concessões e exigências do sujeito passivo..... | 136 |
| 4.2.3.7 Efeitos | 138 |
| 4.2.3.8 Efeitos proibidos..... | 138 |
| 4.2.3.9 Rescisão | 139 |
| 4.2.4 Transação do contencioso de pequeno valor..... | 139 |
| 4.2.4.1 Objeto | 139 |
| 4.2.4.2 Concessões fazendárias..... | 140 |
| 4.2.4.3 Condições e concessões do sujeito passivo..... | 141 |
| 4.3 Transação para devedores em recuperação judicial | 141 |
| 4.4 Transação para o setor de eventos..... | 145 |

| | |
|---|------------|
| 5 Igualdade no Direito Tributário | 147 |
| 5.1 A norma da igualdade | 147 |
| 5.2 Isonomia tributária | 154 |
| 5.2.1 Capacidade contributiva | 154 |
| 5.2.2 Ocupação profissional ou função exercida | 161 |
| 5.2.3 Extrafiscalidade | 168 |
| 5.2.4 Origem e destino | 175 |
| 5.2.5 Limitação a determinadas realidades | 177 |
| 5.2.6 Sucessão de fatos no tempo | 179 |
| 5.2.7 Regimes tributários opcionais | 182 |
| 5.2.8 Política de extinção de crédito tributário | 183 |
| 5.2.9 Conclusões sobre a jurisprudência do STF | 184 |
| 5.2.10 Práticas administrativas reiteradas | 187 |
| 5.3 Parâmetros para analisar a igualdade em relação à transação tributária | 188 |
| 6 Transação Tributária Federal à luz da Igualdade | 193 |
| 6.1 Disposições gerais | 193 |
| 6.1.1 Disposições comuns | 193 |
| 6.1.1.1 Sigilo e publicidade..... | 193 |
| 6.1.1.2 Tratamentos personalizados | 194 |
| 6.1.1.3 Tratamentos uniformes | 199 |
| 6.1.1.4 Devedor contumaz | 203 |
| 6.1.2 Transação na cobrança | 204 |

| | |
|---|-----|
| 6.1.2.1 Capacidade de pagamento | 204 |
| 6.1.2.2 Recuperabilidade dos créditos..... | 205 |
| 6.1.2.3 Redução e prazos máximos | 209 |
| 6.1.2.4 Diferenciação dos prazos | 213 |
| 6.1.2.5 Possibilidade de transação individual..... | 214 |
| 6.1.2.6 Aceitação da transação individual..... | 217 |
| 6.1.2.7 Desdobramento da oferta fazendária..... | 219 |
| 6.1.2.8 Autorização para utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa..... | 219 |
| 6.1.2.9 Ausência de relevância da discussão | 220 |
| 6.1.2.10 Alteração do estado de direito..... | 221 |
| 6.1.3 Transação de relevante e disseminada controvérsia jurídica..... | 221 |
| 6.1.3.1 Suficiência de inscrição em dívida ativa..... | 221 |
| 6.1.3.2 Setor econômico ou produtivo | 222 |
| 6.1.3.3 Status da discussão e períodos de competência | 222 |
| 6.1.3.4 Proibição de efeito prospectivo que resulte em tratamento diferenciado | 223 |
| 6.1.3.5 Ausência de consideração de prognóstico | 223 |
| 6.1.4 Transação do contencioso tributário de pequeno valor | 224 |
| 6.2 Transações por adesão | 224 |
| 6.2.1 Objeto | 225 |
| 6.2.1.1 Seleção..... | 225 |
| 6.2.1.2 Migração de débitos..... | 228 |

| | |
|---|-----|
| 6.2.2 Condições de pagamento | 228 |
| 6.2.2.1 Entrada | 228 |
| 6.2.2.2 Reduções máximas | 230 |
| 6.2.2.3 Prazos máximos..... | 231 |
| 6.2.2.4 Diferimento | 232 |
| 6.2.2.5 Definição de valores das parcelas..... | 233 |
| 6.2.2.6 Aproveitamento de depósitos..... | 234 |
| 6.2.2.7 Conhecimento da capacidade de pagamento e pedido de revisão..... | 235 |
| 6.2.3 Garantia..... | 235 |
| 6.2.4 Honorários | 235 |
| 6.2.5 Exigências..... | 236 |
| 6.2.5.1 Desistência de ações e parcelamentos | 236 |
| 6.2.5.2 Confissão..... | 237 |
| 6.2.5.3 Apresentação de decisão e certidão de objeto e pé..... | 237 |
| 6.2.5.4 Prestação de informações | 238 |
| 6.2.5.5 Requerimento de homologação judicial | 239 |
| 6.2.6 Adesão..... | 240 |
| 6.2.7 Rescisão..... | 242 |
| 6.3 Transações individuais | 244 |
| 6.3.1 Objeto | 245 |
| 6.3.1.1 Abrangência da transação | 245 |
| 6.3.1.2 Possibilidade de inclusão de novos débitos | 247 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 6.3.1.3 | Possibilidade de migração da transação | 248 |
| 6.3.1.4 | Impossibilidade de nova transação..... | 249 |
| 6.3.1.5 | Débitos vedados | 249 |
| 6.3.2 | Condições de pagamento | 250 |
| 6.3.2.1 | Descontos | 251 |
| 6.3.2.2 | Prazos e vencimentos | 253 |
| 6.3.2.3 | Definição de valores de parcelas | 253 |
| 6.3.2.4 | Aproveitamento de depósitos e de valores bloqueados..... | 255 |
| 6.3.2.5 | Cláusulas de precatórios concretos | 257 |
| 6.3.2.6 | Utilização de crédito federal sem menção a precatório | 259 |
| 6.3.2.7 | Utilização de crédito de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL assegurada pelo PERT..... | 260 |
| 6.3.2.8 | Utilização de recebíveis de terceiros | 260 |
| 6.3.3 | Garantias | 261 |
| 6.3.3.1 | Percentual de caucionamento de débitos..... | 261 |
| 6.3.3.2 | Formalização de garantias..... | 261 |
| 6.3.3.3 | Redução significativa de garantia | 264 |
| 6.3.3.4 | Demonstração de suficiência de garantia | 266 |
| 6.3.3.5 | Renúncia à discussão judicial de excesso de garantia e liberação | 266 |
| 6.3.3.6 | Possibilidade de substituição..... | 268 |
| 6.3.3.7 | Possibilidade de alienação de garantias | 268 |

| | |
|---|-----|
| 6.3.3.8 Desapropriação de garantias | 269 |
| 6.3.3.9 Afastamento de garantias | 269 |
| 6.3.4 Honorários | 270 |
| 6.3.5 Exigências | 274 |
| 6.3.5.1 Confissão | 274 |
| 6.3.5.2 Renúncias, desistências e comunicação da transação..... | 277 |
| 6.3.5.3 Alienação, aquisição e constituição de pessoa jurídica ... | 280 |
| 6.3.5.4 Apresentação de documentos sobre bens e declarações.. | 283 |
| 6.3.5.5 Cumprimento de outras obrigações | 284 |
| 6.3.6 Efeitos da transação..... | 286 |
| 6.3.6.1 Vigência, consolidação e eficácia | 286 |
| 6.3.6.2 Suspensão de exigibilidade do crédito tributário | 288 |
| 6.3.6.3 Suspensão processual | 288 |
| 6.3.6.4 Regularidade fiscal..... | 289 |
| 6.3.7 Rescisão..... | 290 |
| 6.3.7.1 Ausência de pagamento de parcelas..... | 290 |
| 6.3.7.2 Inadimplemento de outros débitos | 293 |
| 6.3.7.3 Fraude à execução, medida cautelar fiscal e declaração de inaptidão..... | 294 |
| 6.3.7.4 Formalização de Garantias | 296 |
| 6.3.7.5 Não homologação judicial e permanência de discussão judicial | 297 |
| 6.3.7.6 Peticionamento | 298 |

| | |
|---|------------|
| 6.3.7.7 Relacionadas aos bens e direitos | 299 |
| 6.3.7.8 Outras | 301 |
| 6.3.7.9 Impugnação da rescisão | 302 |
| 6.3.7.10 Cessação de efeitos..... | 303 |
| 6.3.7.11 Homologação judicial da rescisão e consequências | 304 |
| 6.3.8 Prazos para aceitação de proposta | 304 |
| 6.3.9 Cláusulas sobre aspectos laterais..... | 305 |
| 6.3.10 Cláusula sobre igualdade..... | 307 |
| 6.3.11 Supressão de dados | 308 |
| 6.4 Transação para devedores em recuperação judicial | 312 |
| 6.5 Transação para o setor de eventos..... | 313 |
| 6.6 Conclusões..... | 314 |
| 7 Sugestões de Aperfeiçoamento..... | 325 |
| 7.1 Abandono ou substituição de critérios de diferenciação | 325 |
| 7.2 Abandono de determinadas cláusulas..... | 327 |
| 7.3 Padronização | 328 |
| 7.4 Criação de regras..... | 331 |
| 7.5 Divulgação de parâmetros..... | 332 |
| 8 Conclusão | 335 |
| Referências..... | 339 |
| Apêndice - Lista de Termos de Transação Individual analisados por região, conforme identificação constante no portal Gov.br..... | 391 |